

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023
(Da Sra Any Ortiz)**

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação da Portaria Interministerial MPO/MGI/SRI – PR nº 1, de 3 de março de 2023, que “dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas individuais, de bancada estadual, de comissão e de comissão mista permanente e superação de impedimentos de ordem técnica, em atendimento ao disposto nos arts. 166, §§ 9º a 20, e 166-A da Constituição, nos arts. 69, 71 a 82 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 e art. 4º, § 7º, da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação da Portaria Interministerial MPO/MGI/SRI – PR nº 1, de 3 de março de 2023, que que “dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas individuais, de bancada estadual, de comissão e de comissão mista permanente e superação de impedimentos de ordem técnica, em atendimento ao disposto nos arts. 166, §§ 9º a 20, e 166-A da Constituição, nos arts. 69, 71 a 82 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 e art. 4º, § 7º, da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, e dá outras providências”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A recente portaria assinada pelos ministros Simone Tebet - Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Esther Dweck - Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e Alexandre Padilha - Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas individuais - RP 6, de bancada estadual - RP 7, de comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de comissão mista permanente do Congresso Nacional - RP 8, bem como de superação de impedimentos de ordem técnica, no que couber, em atendimento ao disposto



nos arts. 166, §§ 9º a 20, e 166-A da Constituição, nos arts. 69, 71 a 82 da Lei nº 14.436, de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 - LDO-2023, e no art. 4º, § 7º, da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 - Lei Orçamentária Anual de 2023 - LOA 2023.

A norma estabelece como será o processo de pagamento de emendas parlamentares, e não prevê como será feito o acompanhamento dos repasses controlados pelos ministérios. Tal medida acaba por retomar a prática adotada no orçamento secreto, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

Portanto, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para que apoiem a presente proposição, visto que a Portaria Interministerial MPO/MGI/SRI – PR nº 1, de 3 de março de 2023, a qual se pretende sustar não conseguiu se adequar às exigências e aos parâmetros constitucionais de transparência e publicidade para a aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2023.

Deputada Any Ortiz
Cidadania/RS

